

■ **PLENÁRIO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS**

Novamente a pauta do plenário não foi divulgada, tem sido uma sistemática a não disponibilidade antecipada do que vai ser discutido no plenário, ficando sob a decisão do Presidente Lira a decisão da pauta.

COMISSÃO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL

A Comissão realiza reunião nesta quarta-feira (21/06). Na pauta está o requerimento Nº 82/2023, da Sra. Coronel Fernanda - que "requer realização de Audiência Pública Conjunta com a Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e desenvolvimento Rural; Comissão de Integração Nacional e Desenvolvimento Regional e a Comissão da Amazônia e dos Povos Originários e Tradicionais, para tratar acerca do AgroIndígena e sua importância para o desenvolvimento do Brasil através da agricultura familiar indígena".

COMISSÃO DA AMAZÔNIA E DOS POVOS ORIGINÁRIOS E TRADICIONAIS

A Comissão realizou reunião nessa terça-feira (20/06). Na pauta estava o Projeto de Lei nº 2.935/2022 da Sra. Joenia Wapichana e outros que "cria e regulamenta as categorias de Professor(a), Intérprete e Tradutor(a) de Língua Indígena".

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

A Comissão realiza Audiência Pública nesta quinta-feira (22/06) com o tema: "Educação climática no Brasil no contexto de crise climática no mundo". São convidados: representante do The Climate Reality Project Brasil, Renata Moraes, Gerente da Filial; representante da As-

sociação Nacional de Órgãos Municipais de Meio Ambiente, Mario Mantovanni; representante do Instituto Clima e Sociedade, Alice Amorim;

representante do Observatório do Clima e Conselheira do Centro Brasil no Clima, Suely Araújo; Sarah Marques, da Comunidade de Caranguejo e Tabaiars; representante do Observatório Parlamentar de Mudança Climática e Transição Justa; representante da Sociedade Civil, Eduardo Carvalho; representante da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), Mercedes Bustamante.

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

A Comissão realiza Audiência Pública na próxima quinta-feira (22/06) com o tema: "Proteção permanente dos rios". São convidados: representantes do Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais - MCTI; representante do Observatório do Clima; representante do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST; representante da Entidade Coalizão Negra por Direitos; representante da Entidade Pereguim - Instituto de Referências Negra; representante da Entidade Conectas Direitos Humanos

DEPUTADOS DEFENDEM EXPLORAÇÃO DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL NA MARGEM EQUATORIAL

Deputados defenderam a exploração de petróleo e gás natural na Margem Equatorial, faixa marítima que se estende do litoral do Amapá ao Rio Grande do Norte, e inclui cinco bacias sedimentares (Foz do Amazonas, Pará-Maranhão, Barreirinhas, Ceará e Potiguar). O assunto foi discutido na última quarta-feira (14/06), em audiência pública na Comissão de Minas e Energia. O presidente do colegiado, deputado Rodrigo de Castro (União-MG), que solicitou o debate, afirmou que a audiência pública contribuiu para municiar os deputados sobre a importância da exploração petrolífera do chamado Arco Norte do Brasil.

CÂMARA DEBATE EMBARGOS ÀS PROPRIEDADES RURAIS NA REGIÃO DO AMAZONAS

A Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Câmara dos Deputados realizou, na quarta-feira passada (14/06), um debate sobre os embargos impostos às propriedades rurais na região do Amazonas. A discussão foi proposta pelo deputado e membro da FPA, Coronel Chrisóstomo (PL-RO). Segundo o parlamentar, os chamados embargos ambientais, determinados por órgãos de fiscalização em casos de não cumprimento das legislações, devem incidir somente no local exato onde foi constatada a infração e não sobre toda a propriedade. “Nos casos em que o embargo incidir sobre a área total de uma propriedade rural, deve ser revisto pelo órgão que o impôs, sob pena de ser considerado nulo”, afirma

■ PLENÁRIO SENADO FEDERAL

Haverá sessão no Plenário do Senado os temas que deverão ser discutidos são o novo arcabouço fiscal e a indicação do advogado Cristiano Zanin para o STF.

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS

A Comissão de Direitos Humanos (CDH) realizou na segunda-feira (19) audiência pública interativa sobre a questão da fome no Brasil. No requerimento (REQ 13/2023) em que pediu a audiência, o presidente da CDH, senador Paulo Paim (PT-RS), afirmou que a fome no Brasil é um problema histórico e persistente, com aumento recente de pessoas em situação de insegurança alimentar. De acordo com Paim, as principais causas são a desigualdade socioeconômica, a pobreza e

a falta de políticas adequadas para combater a fome. Para ele, a fome é um problema complexo e, por isso, exige um debate aprofundado. Participaram a diretora de Departamento de Promoção da Alimentação Adequada e Saudável do Ministério da Cidadania, Patrícia Chaves Gentil; o diretor de Prevenção e Promoção da Saúde do Ministério da Saúde, Andrey Roosevelt Lemos; o diretor-presidente da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), Edegar Pretto; a chefe de Serviço de Pesquisa e Análise do DataSenado, Isabela Lima Campos; o coordenador do DataSenado, Marcos

Ruben de Oliveira; o consultor legislativo do Senado, Henrique Talamoni Vallochi Salles Pinto; e a presidente do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea), Elisabetta Recine.

CPI DAS ONGS É INSTALADA

O Senado Federal instalou, na quarta-feira passada (14/6), a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) que vai apurar a liberação de recursos do governo federal para organizações não governamentais (ONGs) que atuam na região da Amazônia. O colegiado busca o detalhamento do uso do Fundo Amazônia, das verbas que sustentam as organizações atuantes no bioma e dos recursos reunidos. O senador Plínio Valério (PSDB-AM), autor do pedido pela CPI, foi eleito presidente do colegiado. Ele destacou que a comissão “não é para demonizar ONGs”. No colegiado estão Confúcio Moura (MDB-RO); Styvenson Valentim (Podemos-RN); Zenaide Maia (PSD-RN); Lucas Barreto (PSD-AP); Beto Faro (PT-PA); Chico Rodrigues (PSB-RR); Zequinha Marinho (Podemos-PA); e Dr. Hiran (PP-RR), além do presidente, do vice Jaime Bagatoli (PL/RO) e do relator da CPI, Márcio Bittar (UNIÃO/AC)

A CPI realizou reunião deliberativa nesta terça-feira (20/06) para apreciação do Plano de Trabalho e requerimentos.

COMISSÃO DE AGRICULTORA E REFORMA AGRÁRIA

A Comissão realiza Audiência Pública nesta quarta-feira (21/06), tendo como tema: “Discutir a realidade do manejo florestal em área nativa no bioma amazônico e seus desafios”. São convidados: Rodrigo Antonio de Agostinho Mendonça, presidente do Instituto

Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – Ibama; Deryck Pantoja Martins, diretor técnico da Associação Brasileira de Empresas Concessionárias Florestais – CONFLORESTA; representante de Confederação Nacional da Indústria – CNI; Frank Rogieri de Souza Almeida, presidente do Fórum Nacional das Atividades de Base Florestal – FNBF; representante da SOS Amazônia; e representante do Serviço Florestal Brasileiro – SFB.

COMISSÃO DOS YANOMAMI APROVA RELATÓRIO FINAL

A comissão externa que tratou da crise dos Yanomamis aprovou, na quarta-feira (14/06), o relatório final apresentado pelo senador Dr. Hiran (PP-RR). A aprovação veio depois de um acordo para o relator fazer alguns ajustes no texto final, com demandas apresentadas pelas senadoras Eliziane Gama (PSD-MA), Leila Barros (PDT-DF), Teresa Leitão (PT-PE) e Zenaide Maia (PSD-RN). O relatório propõe medidas econômicas e de autossustento para os indígenas, além de sugerir incentivos a empresas que dinamizem a economia local. O documento também traz sugestões de projetos que tratam da exploração de minérios, medidas para evitar poluição do meio ambiente no processo de mineração e recomenda uma série de ações voltadas para a saúde do povo Yanomami. A senadora Eliziane sugeriu um acordo sobre alguns pontos do relatório final do Dr. Hiran.